

## *São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840*

Carlos A. M. Lima  
(professor do DEHIS/UFPR; pós-doutorando da FEA/USP)

Nesta comunicação se examinam algumas premissas historiográficas de um projeto de pesquisa acerca do tráfico ilegal de escravos para a província de São Paulo<sup>1</sup>. Há uma bibliografia encorpada e de grande qualidade tanto sobre o café, quanto a respeito do açúcar em São Paulo (a parte a que tive acesso está amplamente referida na sequência). O que se segue é uma proposta de integração das observações retiradas de uma e outra tradição bibliográfica com o sentido de refletir sobre a convivência entre açúcar e café, ou no interior de uma mesma área, ou em áreas próximas umas das outras, com foco no segundo quarto do século XIX. A partir de preocupações amplas e métodos de trabalho diferentes, tanto Luna e Klein (2005), quanto Melo (2009) abordaram a articulação entre açúcar e café, com foco, no primeiro caso, nos primeiros trinta anos do século XIX e, no segundo, no período iniciado em meados do referido século. Agregam-se observações sobre processos externos a São Paulo e ao Brasil, observações essas destinadas a propor o enraizamento de alguns processos avaliados na dinâmica internacional de cada produto.

Topik sustenta a necessidade de particularizar características comuns a diversos ambientes sociais e econômicos produtores de café, e chega a referir-se a “sociedades do café” (TOPIK, 2000, p. 238). De alguma maneira, está implicada a tentativa de aplicar ao café o raciocínio que se realiza habitualmente quanto às “sociedades do açúcar” (discussão recente em SCHWARTZ, 2004).

Essa capacidade do açúcar de moldar boa parte da vida social, já defendida há muito tempo (ver por exemplo SCHWARTZ, 1988), passou a ser, nos anos 2000, estudada sob uma conceituação polêmica, a da “revolução do açúcar” (HIGMAN, 2000). A introdução de seu cultivo no Caribe do século XVII teria reorientado a vida social e econômica em várias direções: grandes propriedades substituíram muitas pequenas unidades; cultivos diversificados deram lugar à “monocultura”; a escravidão passou a prevalecer; passou-se do assentamento esparso ao denso; o produto per capita foi grandemente incrementado e a população de ascendência africana tornou-se maioria.

---

<sup>1</sup> Projeto de estágio de pós-doutoramento em execução na FEA/USP sob a supervisão do prof. Dr. José Flávio Motta, cujas observações o autor agradece, embora sem torná-lo responsável pelos eventuais erros e omissões aqui contidos. A execução do projeto é possível em virtude de uma bolsa Reuni de Assistência ao Ensino propiciada ao autor pela Universidade Federal do Paraná.

Além disso, segundo Higman, seus efeitos também foram visíveis: incremento do recurso ao tráfico atlântico de escravos; estabelecimento das condições para vários tipos de “comércio triangular”; alteração dos padrões de nutrição e consumo europeus; crescimento do interesse do Velho Mundo pelas colônias tropicais e contribuição para a Revolução Industrial. Higman conjuga avaliações tradicionais sobre as sociedades coloniais e sobre o produto com ênfases mais recentes a respeito do crescimento liderado pelas exportações (especialmente a questão do produto per capita). É duvidoso que isso seja aplicável nesses termos agigantados a todas as regiões onde o açúcar prevaleceu, e realmente Higman restringe o uso do conceito para a situação criada no Caribe do século XVII. Mas é inegável que a chegada do produto trouxe alterações significativas na vida social.

É possível que se esteja produzindo uma percepção semelhante em relação ao café, mas o ponto é polêmico: enquanto para Topik a grande propriedade teria sido própria do café (TOPIK, 2000, p. 236-237), também se diz, tendo em vista o século XX, que o café latino-americano seria produção muito específica da agricultura familiar, à exceção do Brasil (TULET, 1993, p. 7). Qualquer tentativa de estender uma percepção como essa para o passado esbarraria não apenas no Brasil do século XIX, mas também em Cuba, em Saint Domingue e no Caribe Inglês, pois, em todos esses lugares, as propriedades, é verdade, eram menores que as canavieiras e situadas em locais diversos, mas ainda assim eram caracteristicamente propriedades escravistas<sup>2</sup>. Simon Smith sustentou há tempos que, no início do século XVIII, o café estabeleceu-se “em várias colônias europeias como um dos competidores mais significativos do açúcar pelo uso do trabalho escravo”, pois desde o final do século XVII holandeses difundiam seu cultivo em colônias orientais, tendo estado ao lado de plantadores franceses quando estes, entre 1713 e 1723, introduziram o plantio do café em St. Domingue, no Suriname e na Martinica (SMITH, 2003, p. 175).

Segundo o relato de Trouillot, após uma fase inicial entre os anos 1730 e 1760, o auge da produção cafeeira do Caribe estendeu-se até 1791, com o começo da Revolução Haitiana. Após o desfecho desta, abriu-se época de preços crescentes, mas com momentos de produção excessiva como a década de 1830 e, especialmente, a de 1840, quando a competição brasileira tornou a atividade quase inviável no Caribe

---

<sup>2</sup> Trouillot, sumariando evidências sobre diversas colônias que combinavam açúcar e café no Caribe informa que as posses de escravos no café eram cerca de 75% menores que as de plantations açucareiras (TROUILLOT, 1993, p. 131).

(TROUILLOT, 1993, p. 125-126). Durante a segunda e a terceira dessas fases, os ganhos com o café ficavam em segundo lugar, depois do açúcar, em diversas ilhas. Tratava-se de um distante mas substancial segundo lugar: às vésperas da Revolução haitiana, o café exportado pela colônia francesa valia mais que o açúcar branco e cerca de dois terços do valor do açúcar bruto. Na Jamaica, a média do valor exportado de café entre 1805 e 1814 foi quase a metade da soma obtida anualmente com a venda de açúcar para fora da ilha. Em Porto Rico, frequentemente as pequenas propriedades cafeeiras somavam superfície maior que a ocupada com a cana durante as primeiras quatro décadas do século XIX, ao passo que, em Cuba, onde novamente se notava produção escravista, havia em 1827 mais de dois mil *cafetales*, compondo o dobro do número de engenhos. Isso levou Trouillot a referir-se a um “contraponto caribenho do açúcar e do café” (TROUILLOT, 1993, p. 124-125).

De acordo com essa bibliografia, é bastante razoável seguir Topik quando este afirma ter sido a Revolução Haitiana uma das grandes responsáveis pela expansão do cultivo do café no Brasil, por desarticular a principal área produtora das Américas (TOPIK, 2000, p. 230). Por volta de 1840, no entanto, o próprio café brasileiro ajudou a derrubar o restante da produção escravista caribenha, no que foi auxiliado pela extinção da escravidão nas colônias inglesas e pelo direcionamento dos esforços cubanos para a cana (transição também ao longo dos anos 1840, como será visto).

A ideia de que os esquemas produtores de café se adequavam primordialmente ao trabalho intensivo de agricultores livres talvez derive do fato de ter havido uma derrocada do café escravista caribenho com o fim da escravidão. Teria ocorrido, então, sua substituição, em locais diferentes, por esquemas produtivos igualmente chamativos, mas baseados em trabalho livre. Porto Rico foi uma exceção, pois consolidou sua produção cafeeira ao longo do século XIX (PICÓ, 1993, p. 119). Este caso, pelo que se sabe, foi muito ambíguo: residualmente, a escravidão teve algum papel no início do estabelecimento do cultivo de café nas áreas montanhosas da ilha. Em meados do século XIX, consolidou-se um esquema de meação envolvendo migrantes que se dirigiam à área, o que, ao longo do século, ganhou maior peso com o avanço da mobilidade geográfica, levando a tentativas de constrangimento da pobreza ao trabalho por contrato ou ao arrendamento. Sidney Mintz referiu-se a esse processo em um relato mais voltado para o açúcar porto-riquenho (MINTZ, 1989), ao passo que Bobonis sustenta que as medidas de coerção ao trabalho na Porto Rico do século XIX – o sistema de *libretas*, que forçava gente sem terra ao trabalho, e as restrições institucionais às migrações –

eram muito mais importantes nas áreas voltadas para o café que naquelas direcionadas ao cultivo de alimentos (BOBONIS, 2007, p. 4). Segundo Picó, é possível resumir enfatizando-se a preservação, amplamente, do caráter familiar do processo de trabalho (PICÓ, 1993, p. 128-130); Trouillot prefere sintetizar referindo-se à primeira metade do século XIX como o período durante o qual “escravos crioulos trabalharam lado a lado com trabalhadores assalariados livres” (cf. TROUILLOT, 1993, p. 129, que também faz referência a uma “revolução do café”). O próprio Topik chama a atenção para a circunstância de o café de grandes propriedades ter convivido historicamente com a “descentralização” do processo de trabalho (TOPIK, 2000, p. 246).

O caso da Venezuela teve algumas semelhanças com o porto-riquenho. Um *boom* cafeeiro se iniciou no final dos anos 1820 (a guerra de independência havia minado as condições para a continuidade da ênfase no cacau). A escravidão persistia, e os plantadores que se dedicariam ao café, de então até a década de 1840, não eram outros senão os sucessores das famílias plantadoras de cacau. Acresce que, embora não se tenham derrubados cacauzeiros para o plantio de cafeeiros, as áreas de eleição de um e outro cultivo eram semelhantes (LOMBARDI e HANSON, 1970, p. 361). No entanto, os esquemas produtivos não eram escravistas, apesar de tudo, para o que concorriam a sazonalidade demarcada do café e a disponibilidade de trabalhadores livres em seguida à desmobilização (LOMBARDI, 1971, p. 97-100, 109-110; LOMBARDI e HANSON, 1970, p. 362). Tulet chega a referir-se a um crescimento da importância de meeiros na cafeicultura realizada no interior de antigas fazendas de cacau (TULET, 1993, p. 16)<sup>3</sup>. Essa produção de maior escala viria a decair em meados do século XIX. Posteriormente, mas ainda no mesmo século, o café venezuelano subiria a serra, da mesma forma que o cubano, e tornar-se-ia próprio de uma agricultura familiar (DE ROBERT, 1993; ZEQUEIRA SÁNCHEZ e VALDIVIA FERNÁNDEZ, 1993). Topik ajusta contas com tais casos enfatizando gente sem terra e predomínio mercantil e financeiro nas áreas cafeicultoras (TOPIK, 2000, p. 244-245; LOMBARDI e HANSON, 1970, p. 360-361 enfatizam o ingente endividamento mesmo de cafeicultores de maior escala durante o boom inicial, de 1820-1850).

Baseando-se em bibliografia econômica e histórica sobre o Brasil, Renato Leite Marcondes argumentou no sentido de que o café, diversamente do apontado por Topik,

---

<sup>3</sup> As quantidades de café exportadas pela Venezuela nessa época não eram nada desprezíveis. No exercício 1841-1842, elas equivaleram a cerca de um quinto das exportações brasileiras do mesmo produto (LOMBARDI, 1971, p. 164 aponta 32994 libras como a exportação de café da Venezuela em 1841-1842; o Brasil exportou 5565325 arrobas, de acordo com SOARES, 1977 [1860], p. 28).

não ficou limitado às grandes unidades (MARCONDES, 2005). Lembrou, inclusive, que em suas etapas iniciais no Vale do Paraíba Paulista ele foi plantado por gente sem escravos (ver também MOTTA e NOZOE, 1994, 1999). Mas a presença dos não escravistas foi própria apenas dos momentos iniciais da lavoura cafeeira e os pequenos proprietários de cativos do começo do cultivo tenderiam a tornar-se grandes proprietários. Assim, a associação café-escavidão permanece de pé. Por outro lado, não parece plenamente fundamentada a hipótese de que o café do Vale do Paraíba Fluminense já nasceu associado a enormes propriedades (a constituição da região teria repousado tão somente na transferência para a atividade de grandes comerciantes monopolistas do abastecimento; cf. SALLES, 2008, *passim*). Os contra-exemplos estudados por Muniz são elucidativos (MUNIZ, 2001, p. 391-393; ver também MARCONDES, 2005, casos análogos em Vassouras em STEIN, 1961, p. 17-18 e a definição de “fase de pioneirismo” na ocupação cafeeira do Vale, estendida até cerca de 1830, de acordo com COSTA, 1982, p. 40). Ainda assim, o café brasileiro, de grande ou pequena escala, era ou tendia a tornar-se escravista. Os trabalhos de Motta e Nozoe mostram que a história do café, especialmente de sua implantação, não foi exclusivamente uma história de elites sociais<sup>4</sup>. Mario Samper, diante dessas dificuldades para uma caracterização que seja ampla e simples, ao mesmo tempo, formulou a categoria da “notória polivalência social” do café, quando considerado de um ponto de vista muito amplo e sintético (SAMPER, 1993, p. 49).

Essa polivalência contrasta firmemente com o que se deve esperar ver no açúcar. Eram efetivas e notórias as diferenças entre a cana paulista e a nordestina, de modo que se apontam para São Paulo açúcares inferiores e com volumes bem menores. É verdade que a lavoura canavieira do Centro Sul brasileiro era diferente da nordestina, e apreende-se parte dessa diferença lembrando-se que, segundo tanto a bibliografia do século XX, quanto testemunhos de época, havia diferenças marcantes do ponto de vista técnico e da relação com o ambiente; apesar de se tratar de dois cultivos tropicais, a

---

<sup>4</sup> Ao redor do açúcar do século XIX, por outro lado, construiu-se uma longa história de necessidade de hegemonia de plantadores a fim de concentrar os recursos disponíveis e mobilizar grandes arranjos de provisão de trabalho capazes de reestruturar a sociedade. Um fracasso nesse sentido ajuda a entender o ponto: nas Filipinas, ao longo do século XIX, permanecia o dualismo entre *pueblos* coloniais e o *hinterland* de difícil sujeição. Além disso, os cultivadores de cana e o Estado espanhol não eram exatamente almas gêmeas, especialmente em áreas novas, recém abertas para o cultivo. Resultou uma letargia de longa duração na atividade, com ambiguidades que se revelavam em esquemas de parceria (AGUILAR, Jr., 1994). Cabe lembrar que, no final do Império brasileiro, as Filipinas produziam mais cana que o Brasil (EISENBERG, 1977, p. 54). O contraste é flagrante com a circunstância de que o café, no século XIX, contou com diversos esquemas de parceria para crescer rapidamente, como foram os casos de Porto Rico e da Venezuela (PICÓ, 1993; LOMBARDI, 1971).

safras do Centro Sul “hé ao comtrario do tempo das safras do Norte”, dizia Muniz Barreto de Souza (SOUZA, 1945 [1834], p. 81), não obstante durar mais ou menos a mesma coisa. Petrone também descreveu safras paulistas em períodos diferentes das do Nordeste (PETRONE, 1968). A questão da qualidade o açúcar produzido estava, no entanto, sofrendo modificações enormes durante o século XIX, como será visto.

Apesar da necessidade de todas essas comparações, a aderência da cana aos empreendimentos comparativamente grandes manifestava-se com força nos dados. Os engenhos baianos produziam, entre 1818 e 1837, quase três mil arrobas anualmente (BARICKMAN, 2003, p. 73-74). Os pernambucanos passaram de cerca de 1200 em 1818 para algo ao redor das 3000 arrobas em 1844 (cf. EISENBERG, 1977, p. 43-44, 147). Os de Itu, em São Paulo, passaram de cerca de seiscentas arrobas cada um, no final do século XVIII, para mais de novecentas, a partir da época da Independência (PETRONE, 1968, p. 44). O patamar de Itu era significativo, embora situado bem abaixo do baiano e do pernambucano (além de, como já apontado, terem sido açúcares diferentes). Mas o caso de Campinas era perfeitamente comparável a estes (quanto ao volume). As estimativas contemporâneas são mais falhas, com oscilações incompreensíveis, mas as engenhocas de Campinas deviam produzir um pouco menos que as de Itu no final do século XVIII, passando levemente das quatrocentas arrobas anuais, em termos médios, e chegando, no entanto, a partir do final da década de 1810, a atingir níveis médios que se aproximavam de ou ultrapassavam as 1500 arrobas anuais (houve anos em que se atribuiu às engenhocas de Campinas produção maior que a dos engenhos baianos, o que é inacreditável; cf. PETRONE, 1968, p. 48). As diferenças de escala entre a Bahia ou Pernambuco e São Paulo ficaram ressaltadas nessas estimativas, embora tudo isso ficasse bem atrás dos gigantescos engenhos cubanos, ao que parece. Produziam, talvez, mais de cinco mil arrobas cada um no final dos anos 1820 (número de engenhos em BERGARD, IGLESIAS GARCÍA e BARCIA, 1995, p. 28; estimativas da produção em MORENO FRAGINALS, 1989, v. II/III, p. 347). Mas o fato de que os valores paulistas eram muito grandes em comparação com as outras atividades da mesma província indica, também por essa via, a adesão da cana à grande escala. Conclui-se por pouca “polivalência social” no caso da cana, e muito daquela polivalência na situação do café, considerada globalmente.

Calculou-se quanto ao Caribe Inglês do início do século XIX que metade a dois quintos da força de trabalho escrava da Jamaica e de St. Lucia estavam concentrados no açúcar, mas que entre quinze e vinte por cento da mesma força de trabalho estavam

alocados no café (HIGMAN, 1995, p. 59; ELTIS, 1995, p. 328). Talvez essa imagem de um peso bem importante do café possa ser confirmada pelo caso de Trinidad. Em 1797, então recentemente obtida pela Inglaterra em função da entrada da Espanha na guerra dos britânicos contra os franceses, a ilha tinha naquela data 452 plantations, das quais 159 eram açucareiras e nada menos que 130 eram cafeeiras (MATTHEWS, 2007, p. 92). Na Jamaica, em 1793, haveria 767 engenhos e 607 unidades produtoras de café (CRATON, 1975, p. 251). Quanto a Cuba, estima-se para 1827 que os números de escravos em engenhos e *cafetales* eram semelhantes, com cerca de um quarto da força de trabalho em cada tipo de unidade; os investimentos em uma e outra atividade também teriam sido semelhantes por volta de 1830. É verdade que a relação entre os tamanhos relativos do café e do açúcar cubanos deve ter mudado posteriormente, ainda antes da queda definitiva do café escravista no Ocidente da Ilha. Em 1846, devem ter sido 75 mil cativos no café e cem mil na cana (BERGAD, IGLESIAS GARCÍA, BARCIA, 1995, p. 27, 29, 30-31).

No caso da província de São Paulo, os dados e análises de Luna e Klein permitem dimensionar essa convivência entre o café e o açúcar quanto aos trinta primeiros anos do século XIX. Em 1804, o Vale do Paraíba dava passos iniciais no cultivo cafeeiro, estando ainda mais voltado para outras atividades, especialmente as de abastecimento; havia ali mais de oito mil escravos. No Oeste Paulista dessa época, já canavieiro mas ainda repleto de áreas novas em processo de ocupação, havia cerca de três mil e quinhentos. Em 1829, a população escrava do Vale já ultrapassara a casa dos 18500 pessoas, enquanto a do Oeste tinha ido além dos 14500 (LUNA e KLEIN, 2005, p. 195; mais esclarecimentos em LUNA e COSTA, 1983). Isso mostra, quanto à época da ascensão do café, não só que o açúcar ainda tinha vitalidade na província, como também que crescia mais rapidamente que o café no tocante a sua capacidade de concentrar força de trabalho escrava. Melo sustenta com muito bons argumentos ter sido a cana paulista uma espécie de acumulação prévia para a conversão do Oeste ao café na segunda metade do século XIX (MELO, 2009).

De certa forma, a convivência entre o açúcar e o café *no Brasil em seu conjunto* já foi objeto de reflexão. Assim, por exemplo, montou-se o raciocínio de Leff a respeito do “atraso nordestino”: duas regiões com fraca integração uma à outra (o Nordeste do açúcar e o Sudeste do café) conviviam em um mesmo Império, no qual a tônica dos fenômenos econômicos, especialmente da taxa de câmbio, era dada pela dinâmica de apenas uma delas, o Sudeste, produzindo-se condições inteiramente desfavoráveis para

o cultivo da cana e para que se aproveitassem as oportunidades abertas pela exportação durante o século XIX (LEFF, 1991). Não obstante as diferenças marcantes entre a produção de açúcar do Nordeste e de São Paulo, é interessante observar o caso paulista da primeira metade do século XIX, porque os dois cultivos conviveram em áreas próximas (o Vale do Paraíba e o Oeste), com boa integração e de fato disputando fatores e recursos em quase que um mesmo mercado.

O açúcar e o café tiveram penetração crescente na província durante a primeira metade do século XIX. A do açúcar começara, já com fôlego, no século anterior, ao passo que o café teve crescimento mais expressivo a partir das décadas de 1820 e 1830. Inteveio, também, um conjunto de condições ambientais facilitadoras da difusão do cultivo do café, tornando Areias e Bananal áreas chave no Vale do Paraíba (MOTTA, 1999; MARCONDES, 1998; LUNA e KLEIN, 2005).

Na verdade, o estado do açúcar era mais cambiante. Petrone (1968, p. 48) compilou estimativas da produção de açúcar em Campinas que apontam para crescimento intenso entre 1818 e 1834, parecendo que a partir daí houve decréscimo. Já quanto a Itu, Petrone estimou crescimento relativamente intenso entre 1817 e 1822, com manutenção de patamar daí até 1836. A isso se seguiu queda que aparentemente só se reverteu em meados da década de 1850, e só nisso o caso de Itu deve ter sido diferente do de Campinas (PETRONE, 1968, p. 48). Observando, em um segundo momento, a movimentação de açúcar no porto de Santos, Petrone notou queda importante nas quantidades na passagem do ano 1840-1841 para o seguinte, assim como redução ainda maior na passagem para o ano 1842-1843, e essa periodização levou a autora a, inclusive, rejeitar que se possa ler esses resultados como implicação da rebelião liberal de 1842 (PETRONE, 1968, p. 159-191). A retração, embora curta, foi ampla.

Especialmente no tocante aos anos 1840, uma eventual quebra de ritmo não foi exclusividade do açúcar paulista. Moura Filho reviu dados de Deer e Moreno sobre a produção mundial de açúcar de cana. Observou que o muito longo processo de crescimento dessa produção ocorrido entre 1820 e 1880 sofreu uma quebra exatamente durante os anos 1840, ou mais exatamente entre 1841 e 1846. O restante da década de 1840 foi de nova ascensão, até a retomada, a partir do primeiro terço da década de 1850, dos patamares de crescimento contínuo (MOURA FILHO, 2004, p. 150). Com quase a mesma periodização, os dados de Ferreira Soares sobre exportação de açúcar pelo Império como um todo mostram, para o período 1840-1844, quantidades e receitas



relativamente estagnadas, as quais posteriormente cresceram, mais as receitas que as quantidades (SOARES, 1977 [1860], p. 45).

Na Bahia, as exportações de açúcar tenderam a crescer muito entre 1809 e 1853, segundo Barickman, mas as flutuações parecem ter sido bruscas. Após decréscimo abrupto em função das disputas da Independência, o crescimento foi forte até 1829, mas os valores alcançados neste ano só seriam ultrapassados por volta de 1838 ou 1839, seguindo-se nova retração curta durante a primeira metade dos anos 1840 (BARICKMAN, 2003, p. 73). Tal coisa não aconteceu em Pernambuco, onde, segundo os dados quinquenais de Eisenberg sobre a *produção* de açúcar, pois no início dos anos 1830 o crescimento se interrompeu, talvez pelo impacto negativo da primeira proibição do tráfico de escravos (EISENBERG, 1977, p. 43-44). Note-se que, a partir de um máximo anterior a 1830 nos rendimentos do açúcar, estes caíram, até atingirem o segundo mais baixo ponto do período 1820-1890 exatamente em 1834 ou 1835 (VERSIANI; TANNURI-PIANTO; VERGOLINO, 2003, p. 12).

Sabe-se que a produção de açúcar em Cuba em 1840 foi mais de 50% maior que a de 1830. A de Porto Rico avançou até mais em termos proporcionais (foi mais de 80% maior), mas os patamares eram bem menores. A da Jamaica declinou em virtude da abolição, passando a um nível bem menor, e que viria a tornar-se quase constante pelo menos até 1870, oscilando ao redor de dois quintos daquilo que havia sido em 1830. A brasileira flutuou e estagnou amargamente. Em 1830, mais de 80 mil toneladas. Em 1840, produção 1,2% menor. 110 mil toneladas em 1850, tendo o valor relativo a 1860 sido 48% menor que o daquela data (YUN e LAREMONT, 2001, p. 106). Sempre será possível isolar o ano de 1841 ou o de 1842 e indicar fenômenos climáticos ou a conturbação política para tentar dar conta do que se passou de negativo com a produção açucareira brasileira, mas o fato é que uma retração severa nos negócios açucareiros brasileiros já se manifestava em 1840.

Na Louisiana, única parcela norteamericana onde se produzia açúcar de cana, McDonald estima que a população escrava empregada nas propriedades canavieiras aumentou à taxa exuberante de 20% ao ano no intervalo inaugural de 1827-1830. Já entre 1830 e 1841, parece ter crescido somente ao ritmo de pouco mais de 3% ao ano (o que, em si, é muito), para em seguida, até 1844 e a partir daí até 1852, aumentar à taxa de 8,5 ou 9% ao ano, de modo que o freio relativo, no meio de um processo de intenso crescimento, parece ter estado nos anos 1830 (MCDONALD, 1991, p. 182). A cana da Martinica, apesar de, a princípio, beneficiada pela saída de St. Domingue do circuito,

sofreu a partir dos anos 1830, mas por razões específicas ao ambiente francês: as ameaças ao tráfico de escravos a partir de 1830 e a concorrência do açúcar de beterraba, algo muito próprio do mundo colonial gerido por Paris (TOMICCH, 1995, p. 241).

Quanto ao mercado para o açúcar, é preciso lembrar que a Inglaterra e os Estados Unidos compartilharam flutuações marcantes durante as décadas de 1830 e 1840 (KIM e WALLIS, 2005; FOGEL, 1989, p. 344). Subjacente a elas esteve provavelmente o investimento inglês nos Estados Unidos e um sobre endividamento dos estados (WILKINS, 2002, p. 64, 66). O início dos anos 1830 foi de expansão econômica, o que se exprimiu em preços crescentes, acréscimo no comércio internacional e aumento no fluxo de capitais da Inglaterra para os Estados Unidos. Em 1835, a expansão tornou-se um *boom*, em virtude das vendas de terras públicas (KIM e WALLIS, 2005, p. 741). Maio de 1837 deu início a uma crise financeira. Kim e Wallis atribuem-na a uma interrupção dos aumentos de preços, o que rapidamente se transformou em uma brusca queda das cotações do algodão, apertando as condições de crédito nos Estados Unidos e na Inglaterra. Associaram-se a isso fatores internos, especialmente a gestão financeira de Jackson (KIM e WALLIS, 2005, p. 741-742). Apesar de ter ocorrido recuperação em 1838 e 1839, outubro de 1839 foi momento de nova crise, e esta, embora menos severa, produziu recessão e deflação que duraram até 1843. Estudiosos do mercado do açúcar enfatizam o pânico de 1837 nos Estados Unidos, mas dão ênfase à virada para cima dos indicadores, iniciada em 1842-1843 (MORENO FRAGINALS, 1898, II/III). Segundo Fogel, ao pânico de 1837 e à severa depressão de 1840-1843 seguiu-se a expansão de 1843-1857, mas ela possivelmente não foi um bom momento para o consumo do açúcar (FOGEL, 1989, p. 354-359).

Na Inglaterra, a periodização é diferente. De um modo geral, parece ter tido importância o fato de que, no meio da depressão estendida de 1815 a 1850, os salários reais dos trabalhadores ingleses caíram frente aos preços do açúcar. É claro que isso constituiu uma especificidade do açúcar e de alguns outros produtos coloniais, pois o preço do trigo caiu mais que os salários reais, como algo derivado da origem ainda agrária da depressão (discussão sobre a depressão iniciada em 1815 e sua relação com salários e preços em MAURO, 1976, p. 47, CROUZET, 1978, p. 144 e seguintes). Phyllis Deane sustenta poder ter havido uma redução de cerca de 50% no consumo per capita de açúcar na Inglaterra entre 1811 e 1840, de 29,5 para 15 libras-peso por cabeça, mas considera esses dados anedóticos, enquanto uma estimativa recente deixa no ar indícios sobre uma queda no segundo quarto do século XIX, mas apenas como uma

quebra momentânea em uma tendência tremendamente ascendente, ainda mais a partir do final do século XVIII. Mas o mesmo estudo reforça a imagem de queda de preços durante os anos 1840 (respectivamente, DEANE, 1973, p. 282 e HERSH e VOTH, 2009, p. 15). Resumindo os casos norte-americano e inglês, os dados de Moreno Friginals sugerem consumo per capita praticamente estagnado no mundo britânico entre 1820 e 1850. Para o caso dos Estados Unidos, deve-se reter uma imagem de crescimento modesto, mas visível, entre 1830 e 1850, mas com uma queda muito pronunciada na passagem de 1830 para 1840 (MORENO FRAGINALS, 1989, II/III, p. 286), sendo de se notar que esse ascenso apenas ligeiro no consumo dos Estados Unidos foi concomitante à ascensão do açúcar da Louisiana.

Moreno Friginals aponta um período de preços baixos para o açúcar cubano entre 1838 e 1853 (MORENO FRAGINALS, 1989, II/III, p. 268). Em geral, os termos de intercâmbio cubanos sofreram brusca queda a partir da primeira metade da década de 1840. Isso transpareceu na balança comercial da Ilha, e a impressão se reforça quando se calcula a razão entre os índices de preços das exportações e das importações (SALVUCCI e SALVUCCI, 2000, p. 203 e seguintes). Mas Salvucci e Salvucci consideram ilusória essa queda, pois os preços decrescentes eram compensados pelas maiores quantidades exportadas (SALVUCCI e SALVUCCI, 2000, p. 204-205). Isso é consistente com a ideia de ter sido a ascensão açucareira cubana o que estava tornando momentaneamente obsoletas diversas outras regiões produtoras nas Américas (algumas apenas momentaneamente, outras definitivamente obsoletas). A produção da Ilha podia conviver com baixas internacionais de preços que ela própria provocava, em associação com a depressão, o que quer que se pense sobre as ondas longas.

Retornando ao açúcar brasileiro, Renato Marcondes examinou os preços dos produtos exportados pelo Brasil em confronto com os patamares alcançados por cada um deles em 1821. Os do café subiram lenta mas consistentemente ao longo do século XIX a partir de 1825. Os do açúcar apresentaram uma tendência mais pronunciada a ultrapassarem e manterem-se acima de seus níveis de 1821, e isso em grau mais elevado que os do café. Mas, além das ligeiras exceções a essa tendência - e, significativamente, os anos finais da década de 1830 foram época de uma dessas exceções -, havia o fato de que a história desses preços do açúcar foi muito mais tumultuada, o que não devia ser muito auspicioso para quem precisava investir na sua produção, pois esta requeria empates mais pronunciados que a do café (MARCONDES, 2009, p. 11). Em São Paulo, segundo os preços de venda do açúcar coletados domicílio a domicílio por Luna e Klein

(2005, p. 61), já na década de 1820 os preços paulistas flutuavam mais violentamente que os da exportação do produto pelo Brasil como um todo.

É verdade que, conforme enunciado por Stuart Schwartz, a própria magnitude dos investimentos necessários ao açúcar introduzia uma rigidez que conduzia o negócio a estruturar-se historicamente para aguentar períodos de saldos negativos (SCHWARTZ, 2004). Mas duas observações precisam ser feitas. De um lado, o açúcar paulista, na época em apreço, não era exatamente o mundo dos grandes engenhos nordestinos, sendo de se imaginar que suas engenhocas e trapiches não produzissem tanto enrijecimento; de fato, havia áreas na província em que a produção de açúcar podia ser atividade secundária até mesmo em domicílios de grandes proprietários de escravos (BACELLAR, 1994, p. 204-205), o que deixa a sugestão de que os investimentos necessários não tinham magnitude suficiente para produzir grande rigidez. Inversamente, no entanto, a concomitância de constrangimentos na oferta de africanos pode ter amplificado esses efeitos.

Algumas observações adicionais a respeito da comparação entre o açúcar paulista e o dos engenhos nordestinos. Os dados sobre exportações de Petrone (porto de Santos) e de Barickman (Bahia) mostram disparidades muito grandes quanto ao volume. É possível que, por volta de 1840, saísse cerca de cinco vezes mais açúcar de Salvador que de Santos (BARICKMAN, 2003; PETRONE, 1968). A Bahia, durante o século XIX, cada vez mais se concentrava em açúcares inferiores, que necessitariam de refino ao chegarem às praças consumidoras (mas a passagem só se tornou mais manifesta por volta de 1850; cf. BARICKMAN, 2003, p. 78-79). Essa nova ênfase em açúcares de menor qualidade beneficiava os produtores paulistas, tornando-os exportadores (PETRONE, 1968).

As mudanças referidas do mercado de açúcar foram sentidas no Centro Sul brasileiro. Segundo o que José Silvestre Rebello julgava uma novidade em 1832, o açúcar bruto era uma grande promessa: “O bom mascavinho he pouco inferior ao assucar bruto para o uso dos refinadores; logo este ultimo, se o houvesse no mercado, valeria alguma cousa mais; logo he claro que he muito melhor exportar hoje para a Europa assucar bruto do que assucar branco” (**Auxiliador**, 1833, n. 3, p. 9). A produção por escravo, no bruto, seria três vezes maior que no caso do branco.

O açúcar manteve uma parte de sua posição anterior por reagir a baixas de preços com o aumento das quantidades exportadas (FRAGOSO, 1990). Mas por volta do início dos anos 1840 isso não deve ter sido tão factível, apesar da quase saída de cena

de grande parte da produção das Antilhas Inglesas, afetadas pelo fim da escravidão e, posteriormente, do sistema de aprendizado que a sucedeu (MORENO FRAGINALS, 1989, v. II/III, p. 218). Mas exatamente essa alteração de grande porte no mercado mundial de açúcar pode ter estimulado os produtores cubanos a avançarem na direção de um processo de crescimento exacerbado demais para um período de depressão na Europa, e o início dos anos 1840 pode ter refletido isso. Entre 1815 e 1842, as exportações cubanas de açúcar cresceram bem mais rapidamente que o comércio mundial do mesmo produto. A produção também aumentou no mesmo período, tendo sofrido um baque de curta duração, mas visível, nas proximidades de meados da década (VERSIANI; TANNURI-PIANTO; VERGOLINO, 2003, p. 12). Assim foi que, entre 1840 e 1845, as exportações cubanas para os Estados Unidos continuaram a crescer, embora os preços declinassem (MORENO FRAGINALS, 1989, v. II/III, p. 231-232, 236-237). A primeira metade da década foi de queda dos preços de escravos na Ilha (BERGARD, 1987, p. 635-636). Em todo caso, é importante reter essa imagem de curvas muito conturbadas da produção de açúcar no início dos anos 1840. Barickman (2003, p. 77) sustenta que essa capacidade do avanço cubano de deprimir os preços do produto já estava se manifestando um pouco antes da Independência brasileira. Segundo Versiani, Tannuri-Pianto e Vergolino, os preços de escravos em Pernambuco e em Cuba tiveram no século XIX um “padrão comum”, no sentido de que eram partes de um mesmo processo (VERSIANI; TANNURI-PIANTO; VERGOLINO, 2003, p. 6).

A partir de meados do século XIX, essas conturbações no mercado de açúcar pareciam terminadas. Mas a distribuição no Ocidente das áreas produtoras havia mudado substancialmente. Segundo Rothman, pouco antes da Guerra Civil, “os plantadores da Louisiana extraíam mais açúcar de cada trabalhador que quase todas os produtores do Caribe, além de fornecerem um quarto de todo o açúcar exportável do mundo” (ROTHMAN, 2007, p. 751). Em 1850 o Brasil era o terceiro produtor mundial, atrás de Cuba e dos EUA (EISENBERG, 1977, p. 54; MELO, 2009, p. 169).

Em São Paulo, o entendimento da expansão do açúcar e do café em áreas novas requer observações sobre o crédito para o estabelecimento das unidades, assim como para o financiamento de sua operação. Quanto à relação com outras atividades, é preciso observar os trajetos para o café ou o açúcar, mas também as combinações de atividades econômicas diferentes pelos proprietários, assim como a convivência dos produtos principais com outros cultivos no interior das propriedades.

Quanto à zona cafeeira, sugere-se que a questão da disponibilidade de recursos friáveis e mobilizáveis para esse acesso rápido à aquisição de escravos representada pela compra de africanos deve ser estudada relacionando-a à capacidade ou não de auto abastecimento quanto a alimentos, ao modo como ocorria a formação dos cafezais e ao relacionamento com o segmento do capital mercantil que financiou a expansão. A bibliografia avançou muito quanto à questão do financiamento, havendo indicações importantes derivadas da análise dos trajetos que direcionaram patrimônios para o cultivo do café. Existem sugestões quanto a mecanismos muito complexos de formação de cafezais no Vale, envolvendo provavelmente acordos com ocupantes mais ou menos provisórios de terrenos, o que auxiliava o financiamento do estabelecimento inicial de cafeeiros, aparentemente sem uma mobilização significativa de recursos em metálico (MOTTA e NOZOE, 1994, 1999). Francisco Vidal Luna associou a ausência de um sistema organizado de crédito ao fato de muitos dos primeiros cafeicultores haverem sido, antes disso, produtores de alimentos, pois esse trajeto seria o “financiamento” que lhes teria estado disponível (LUNA, 1995, p. 38).

Foram notados também trânsitos cana-café. Ramón Garcia Fernández, tendo em vista o litoral paulista, chamou a atenção para as circunstâncias que envolviam esses trajetos. Deu muita importância ao papel neles desempenhado pelos senhores de engenho e plantadores de cana: transitando os donos de engenhos, desaparecia a demanda pela cana dos plantadores, que também se dirigiam para o café. Mas este não era o trajeto padrão; era apenas um dos mecanismos, pois ao observar comparativamente municípios, o mesmo autor chamou a atenção para o caso de passagens muito rápidas para o café em áreas que não haviam conhecido grande desenvolvimento canavieiro (FERNÁNDEZ, 1998, p. 182). No litoral, o comparativamente menos expressivo centramento no açúcar deu lugar ao café, também relativamente menos importante que serra acima.

Em Lorena, no Vale, o açúcar, menos decisivo, conviveu com o café durante o *boom* dos anos 1820, o que deve ter derivado de condições locais de solo e clima e do fato de que, embora os custos iniciais de instalação de engenhocas fossem altos, os de manutenção da atividade após a instalação não eram assim tão expressivos (MARCONDES, 1998, p. 67-68). Maurício Martins Alves montou um quadro de maior abrangência temporal usando inventários *post mortem*. Algum instrumental ligado ao beneficiamento da cana era algo frequente em Taubaté no início do século XVIII, mas isso começou a desaparecer no segundo terço do século, para chegar ao ponto mais

baixo durante os anos 1820. O que predominava nas fontes de Taubaté antes do café era a maciça produção de alimentos (ALVES, 2001, p. 17-18).

Quanto ao Vale fluminense, é menor a ênfase posta pela historiografia na convivência entre o açúcar de engenhocas e o café em seus começos. Mas já foram encontrados inventários da década de 1810 mostrando situações de muito mais açúcar que café nas propriedades desses momentos inaugurais (MACHADO, 1993, p. 33; Saint-Hilaire viu engenhocas no Vale; cf. SAINT-HILAIRE, 1975 [1847], p. 35; outros casos em MUAZE, 2008, p. 21; Pizarro referiu-se a engenhocas em São João Marcos durante os primeiros anos do século XIX – elas levariam açúcar e aguardente a Angra e daí ao Rio – cf. ARAÚJO, 1943-1946, v. 4, p. 171). Segundo Salles (2008, p. 139-140), Itaboraí fez parte de uma das rotas de expansão do café na província de Rio de Janeiro; na década de 1810, no entanto, Pizarro foi capaz de contar “Trinta e duas fábricas [que] trabalham a cana para açúcar, e aguardente”, produto que era conduzido a Porto das Caixas (ARAÚJO, 1943-1946, v. 2, p. 165). Saint-Hilaire viu em São Gonçalo cana e café, em terrenos diferentes (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 131).

Ainda quanto ao financiamento no Vale do Paraíba, Faria, Fragoso e Rios deram muita ênfase a origens comerciais dos cafeicultores, mas isso devia aplicar-se especificamente às grandes fortunas (FARIA, 1995, p. 70-78; FRAGOSO e RIOS, 1995, p. 200; MACHADO, 1994, p. 48-49). Slenes, diversamente, trabalhando com dados produzidos por Pedro de Carvalho e Melo sobre preços e rentabilidade de escravos, tem posição cética quanto às imagens de uma excessiva dependência do café quanto ao capital mercantil, pois, quanto ao Vale do Paraíba Fluminense da segunda metade do século XIX, essa dependência combinaria demais com uma imagem de decadência que não lhe parece apropriada (SLENES, 1986).

Ao redor do Rio de Janeiro, menciona-se o fato de que, mesmo depois de constituídas instituições de crédito na década de 1840, persistia um antigo constrangimento quanto ao financiamento: este, além de oligopolizado, se direcionava basicamente para a circulação de mercadorias, tendendo portanto a concentrar-se nos períodos de colheita e a preservar uma lógica de juros altos e prazos curtos (LEVY, 1994, p. 40-41; quanto a São Paulo também se chamou a atenção para o direcionamento do financiamento para a atividade comercial; ver SAES, 1986). Mesmo referindo-se ao café do Oeste – mais tardio que o do Vale, como é sabido – DEAN (1977, p. 48-49) deu algumas indicações sobre o recurso a fontes de financiamento distantes e geradoras de dependência. Mas também chamou a atenção para um percurso de experimentação de

produtores de açúcar direcionando-se gradualmente para o café, devendo-se notar que os exemplos citados a esse respeito eram de gente que também comerciava, e com grande afinco (DEAN, 1977, p. 57-60).

Segundo Marcondes, os achados de Stein sobre casas comissárias foram mais próprios do pós-1850. Deu duas indicações sobre o financiamento do café no Vale paulista. Segundo os inventários, “As dívidas representavam a maior parcela da riqueza”; de outra parte, descreveu processos muito marcados por relações de pessoa a pessoa, através de papéis passados por devedores com garantias, comprometimento dos bens presentes e futuros, juros altos e prazos curtos, mas com dificuldades para que as dívidas fossem efetivamente salgadas (STEIN, 1961, p. 21-22; MARCONDES, 1998, p. 220-221). Assim, e caracteristicamente, até mesmo um crédito mais especializado como o dos comissários passava por mecanismos familiares e em rede. Alice Canabrava escreveu que a comercialização dos produtos da grande lavoura manteve no século XIX um “caráter patriarcal” (CANABRAVA, 2005, p. 142).

Durante os anos 1820 e 1830, o açúcar que saía de Santos estava sendo cada vez mais vendido para praças externas ao Império, e cada vez menos para o Rio de Janeiro, paralelamente à redução na ênfase nos açúcares superiores, o que ajuda a explicar o avanço exportador (PETRONE, 1968; MORENO FRAGINALS, 1989, v. II/III). Teve também influência, embora de modo mais ambíguo, a aparente vigência para os senhores de engenhocas paulistas, entre 1807 e 1833, das tradicionais proteções de senhores de engenho contra execuções. Ela podia se referir a impedimentos quanto à desintegração de unidades, à limitação das execuções apenas a rendimentos, e não a benfeitorias, ou à proteção da camada de proprietários frente a negociantes. Ambígua, mutável, contraditória e cheia de contramarchas, essa legislação certamente era utilizada nas querelas judiciais que ela afetava e na percepção tida a seu respeito nas transações efetivas para significar que senhores de engenho gozavam de salvaguardas pessoais contra execuções. Isso, elaborado quanto ao Nordeste açucareiro durante os séculos XVII e XVIII (SCHWARTZ, 1988, p. 179 e seguintes; FERLINI, 1988, p. 193-197), foi estendido ao Rio de Janeiro no século XVIII e, entre 1807 e 1809, a São Paulo (PETRONE, 1968, p. 34-136). A ela seguiu-se a possibilidade plena de execução dos senhores, não mais restrita aos rendimentos, sem tocar nas benfeitorias. Mantiveram-se, no entanto, restrições *no tocante aos engenhos*: em 1833, os homens e mulheres que os possuíssem poderiam ser executados em suas benfeitorias, mas se proibiam as quebras



de unidades produtivas no processo (tratava-se do “privilégio da integridade”, voltado para engenhos e minas; cf. PETRONE, 1968, p. 134-136; OLIVEIRA, 1887, p. 22).

A ambiguidade deriva de que essas salvaguardas reduziam riscos, mas podem ter espantado prestamistas. É difícil dizer o que resultava disso. De um lado, muita gente procurou essa proteção: em Piracicaba, em 1828, isso pode ter motivado produtores de açúcar a designar suas unidades como engenhos, pois os fogos assim denominados eram, de fato, de pequenas dimensões quanto à posse de escravos: posse mediana de 24 escravos e posse média de 28,4 cativos, o que é alto, mas contém muitas unidades ínfimas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Maços de população, Piracicaba, 1828**). Essa difusão social da denominação “engenho” podia significar ser atraente para lidar com credores dizer-se possuidor daquele tipo de unidade. A designação era essencial quanto a isso.

Por outro lado, a mera instauração do privilégio da integridade, apesar de ter mantido privilégios de devedores frente a credores, pode ter tido efeitos sobre as taxas de juros, mostrando-se, portanto, algo considerado benéfico por credores; assim, aquelas taxas começaram a cair durante a segunda metade dos anos 1830 (pelo menos é o que fica sugerido por “taxas básicas de juros” de Pernambuco coletadas por EISENBERG, 1977, p. 90 e pelas taxas médias de juros – em Lorena - observadas em créditos efetivos por MARCONDES, 1998, p. 230). A legislação da década de 1880 ainda fazia referência ao privilégio da integridade de “fabricas de mineração e de assucar”, ressaltando que, a partir de 1864, isso só se aplicava quando *não* se tratasse de hipotecas (ver OLIVEIRA, 1887, p. 22), e isso pode ter ajudado a fazer os juros baixarem mais uma vez. Essas reviravoltas atestam à sua maneira a importância das salvaguardas frente a credores, vigentes entre 1807 e 1833, para a expansão da cana paulista durante o primeiro terço do século XIX.

A questão não pode ser resumida, no entanto, ao crédito privado e aos trânsitos comércio-café. Estes últimos existiram, é fato, mas não se limitaram a grandes negociantes que se tornavam grandes cafeicultores (MARCONDES, 1998, p. 220 e seguintes); as trajetórias da produção de alimentos para o café também tinham importância, assim como os arranjos estabelecidos com produtores eventuais de café (MOTTA e NOZOE, 1994, 1999), inclusive porque a produção em larga escala não foi tão típica das fases iniciais do produto quanto já se pensou (MARCONDES, 2005).

Passando ao açúcar, a bibliografia sobre a cana em outros locais da América Portuguesa chamou a atenção repetidamente para a possibilidade de lavradores de cana

(sem engenhos) terem perseverado nessa atividade como forma de acumulação que lhes teria permitido estabelecerem-se como senhores de engenho. Mas as engenhocas e trapiches paulistas não tinham escala suficiente nem mesmo para produzir uma camada de lavradores de cana incapazes de beneficiá-la (EISENBERG, 2006, p. 203); isto é, como as engenhocas moíam muito pouca cana alheia, não é provável que a situação de lavrador de cana como candidato a senhor de engenho tenha sido corriqueira<sup>5</sup>. A questão é importante, em virtude de uma possibilidade que deixou Petrone (1968, p. 89) em dúvida: haveria casos de canaviais que teriam precedido engenhos, ou seja, gente que produzia cana, mas não açúcar, como meio de financiar-se para a instauração de engenhos; teria, então, sido até certo ponto usual o autofinanciamento. Mas o avanço da pesquisa, como foi visto, mostrou a pequenez do número de lavradores de cana que não a beneficiavam, além do fato de que a extensiva investigação da própria Petrone mostrou o grande impacto dos prestamistas no financiamento do açúcar.

A presença de lavradores de cana sem engenho refletia, além da pequenez dos esquemas de beneficiamento (e as dificuldades de financiamento), questões técnicas derivadas do modo de ocupação do solo e da variável geográfica do estabelecimento de unidades produtivas. De certa forma, as engenhocas paulistas eram instituições de fronteira agrária, carecendo da concentração espacial que permitisse que grandes engenhos concentrassem as canas de lavradores incapacitados de beneficiá-las. Os dados a respeito de Limeira, no final da década de 1840, refletem isso, por indicarem senhores de engenho migrantes, em sua quase totalidade (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Maços de população, Piracicaba, sem data**). Mas eles poderiam ter migrado e estabelecido esquemas de ocupação concentrados, e desse modo tornam-se necessárias evidências adicionais.

Essa busca do estabelecimento de engenhos na fronteira de expansão tinha certamente relação com o rendimento das canas obtidas. Veloso de Oliveira escreveu em 1810 que em Itu, Campinas e Jundiaí “uma dada porção de canas de igual peso produz o dobro do açúcar, que se pode fabricar nos engenhos desta Capital” (OLIVEIRA, 1978, p. 53).

Como se disse, a vida financeira do açúcar e do café se relacionava fortemente à questão da presença ou da ausência de autoabastecimento. Quanto ao café, a

---

<sup>5</sup> Quanto à aguardente de Campos, também se dizia na época que “cada hum de persi os destillão em seus alambiques, que nenhum deixa de ter, ainda que a muito poucos de vantagem”, o que seria diferente do ocorrido no Nordeste, pois neste “todos vendem os seus méis aos proprietarios alambiqueiros”, que têm unidades beneficiadoras “de grande vantagem” (SOUZA, 1945 [1834], p. 82).

autoprovisão em alimentos foi estudada e defendida com segurança por Luna e Klein (2005). Dean (1977, p. 51) sustentou que a estreiteza do mercado de alimentos teria conduzido a aumentos de preços verdadeiramente insuportáveis para a atividade caso as fazendas abandonassem o auto abastecimento. Segundo Marcondes, incertezas do mercado de alimentos tornavam remotas quaisquer tentativas de dedicação exclusiva ao café no interior das propriedades (MARCONDES, 1998, p. 66).

No caso do açúcar da primeira metade do século XIX, a situação era semelhante. A capacidade de auto abastecer-se em alimentos (e mesmo de comercializar algo dos alimentos produzidos) era menos estimulada pelas características agrárias do processo produtivo, como aprendemos com a bibliografia açucareira, que enfatiza o ciclo agrário muito cerrado da atividade (SCHWARTZ, 1988, p. 100). Mas ainda assim era muito pronunciada na província, segundo Luna e Klein (2005). Se o caso de Campos puder deixar sugestões para a cana paulista, pode-se lembrar que Moniz de Souza observou ali, em 1827-1828, que “parte dos engenhos” possuíam “fabricas de fazer farinha” (SOUZA, 1945 [1834], p. 89).

Por outro lado, a necessidade de empatar recursos na montagem da própria unidade de beneficiamento produzia efeitos, pressionando negativamente a capacidade de mobilizar recursos em outras direções. Quanto às relações com as fontes de financiamento, sabe-se que muitos dos que adentravam a atividade (em Campinas, pelo menos) tinham uma procedência comercial, autofinanciando-se, embora tenham sido frequentes igualmente os que cultivavam alimentos antes disso (EISENBERG, 2006). Dean, tendo em vista áreas novas, sustentou que o açúcar de Campinas e Itu financiou o de Rio Claro, quando no primeiro local a passagem para o café tornou atrativas áreas novas de expansão para os proprietários campinenses e ituanos (o auge açucareiro de Campinas teria ocorrido em 1836, segundo DEAN, 1977, enquanto o de Rio Claro teria ocorrido por volta de 1850). Até mesmo Campinas tem sido tratada por analistas como área de fronteira, ou, no mínimo, como área cujo crescimento agrário podia contar com a “migração de recursos de outras vilas e regiões” (TEIXEIRA e MARCONDES, 2009, p. 3). De fato, o impacto de proprietários migrantes em Campinas reduziu-se um pouco em 1814, mas continuava grande, e essa foi a época durante a qual o açúcar se consolidou na localidade, ou, conforme a formulação de Amaral Lapa, o momento em que as fronteiras demográfica e econômica passaram a coincidir (TEIXEIRA, 2002, p. 82-83). Considerando os patrimônios inventariados no intervalo 1795-1850 como indicador a respeito da capacidade de acumulação, aponta-se para um deslocamento de

patamares ao redor de 1820, data a partir da qual o patrimônio médio quase triplicou, enquanto as dívidas passivas, de cerca de dois quintos dos patrimônios até 1820, passaram, após 1825, a representar pouco menos de um quinto (COSTA, 2004, p. 17-20). Esse modelo é interessante por envolver, possivelmente, combinação de atividades e, com certeza, processos migratórios vigentes entre grandes plantadores paulistas.

Quanto a empates usurários na cana, há evidências de alguns bem fortes e corriqueiros no açúcar da capitania e depois província de São Paulo. Antonio da Silva Prado gostava de dizer que a lavoura de cana era “a única possibilidade de ganhar dinheiro em São Paulo” (PETRONE, 1968, p. 131). O mesmo Prado escrevia em 1828 sobre venda de escravos a “Engenheiros” com grande lucro e prazos de 10 a 12 anos para o pagamento, o que, por outro lado, não o impedia de estabelecer engenhos próprios (PETRONE, 1968, p. 101, 115). Isso também ocorria em outras áreas canavieiras do Sudeste. Uma análise sobre transações envolvendo engenhocas em Campo Grande, na parte rural da cidade do Rio de Janeiro, encontrou nas escrituras do século XVIII e do início do seguinte uma situação já ressaltada quanto ao mundo rural brasileiro e europeu do período: uma fração minoritária dos valores envolvidos circulavam em numerário, ao passo que a maior parte de cada transação se saldava com ajustes relativos a dívidas anteriores e com o estabelecimento de novas dívidas (PEDROZA, 2010, p. 257).

*Considerações finais.* Embora os temas tratados o tenham sido apenas em termos bibliográficos, algumas conclusões parciais merecem ser retomadas, especialmente em virtude de seu impacto para a compreensão do relacionamento das atividades abordadas com o tráfico de escravos da primeira metade do século XIX. A cana de açúcar manteve sua vitalidade no período, especialmente em virtude das mudanças do mercado internacional passível de ser acessado pelos produtores paulistas após o Haiti e a abolição no Caribe Britânico. Mas o baque ocorrido ao redor de 1840 foi profundo, dadas as depressões na Inglaterra e nos Estados Unidos e a ascensão cubana. Isso pode ter significado um estímulo para a passagem para o café ocorrida no Oeste a partir de c. 1850. *Dentro da província*, as posições quanto à posse de escravos parecem ter sido menos vantajadas no café que na cana (Francisco Vidal Luna confrontou os poucos engenhos de Areias em 1817 com os mais numerosos cafezais, tendo considerado as unidades canavieiras maiores quanto à posse de escravos; cf. LUNA, 1995). O “jogo” em São Paulo era muito internacionalizado, tendo-se sofrido, ali, impactos negativos dos embates do açúcar, ao mesmo tempo que a ascensão cafeeira

do Vale do Paraíba paulista contribuía, juntamente com a do Vale fluminense, para a concentração no Brasil da oferta mundial de café, o que também deve ter contribuído para o trânsito açúcar-café em outras paragens de São Paulo.

É importante, para concluir, enfatizar que os deslocamentos abordados neste trabalho foram concomitantes à conturbação do mercado de escravos introduzida pela ilegalidade de 1830. No entanto, não derivaram desta última. Ambos os fatores – o mercado dos produtos exportáveis e a primeira crise na oferta de africanos – somaram-se e interagiram para dar origem a ainda outros deslocamentos.

### **Bibliografia**

- AGUILAR, Jr., Filomeno V. Sugar planter-state relations and labour processes in Colonial Philippine *haciendas*. In: **The Journal of Peasant Studies**. v. 22, n. 1, 1994
- ALVES, Maurício Martins. **Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848**. Tese (Doutorado em História), UFRJ, 2001
- ARAÚJO, José de Souza de Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943-1946 (1ª ed., 1820-1822), 9 tomos
- O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1833
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1994
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- BERGAD, Laird W., IGLESIAS GARCÍA, Fe e BARCIA, María Del Carmen. **The Cuban slave market, 1790-1880**. Cambridge: Cambridge U. P., 1995
- BOBONIS, Gustavo J. *Bitter coffee: trade winds, the 19<sup>th</sup> century coffee boom, and historical development*. Los Angeles: UCLA International Institute, 2007
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: CANABRAVA. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec/ Ed. da UNESP/ ABPHE, 2005
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: **História Econômica e História de Empresas**. v. VII, n. 2, 2004
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 2ª ed., São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982
- COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- CRATON, Michael. Jamaican slavery. In: ENGERMAN e GENOVESE (ed.). **Race and Slavery in the Western Hemisphere**. Princeton: Princeton U. P., 1975
- CROUZET, F. **L'Économie de la Grande-Bretagne Victorienne**. Paris: S.E.D.E.S., 1978
- DEAN, Warren. **Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- DEANE, Phyllis. **A Revolução Industrial**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977

- EISENBERG, Peter. Azúcar y cambio social en Brasil. Campinas, San Pablo, 1767-1830. In: CRESPO, Horacio (org.). **El azúcar en América Latina y el Caribe**. México DF: Senado de la República, 2006
- ELTIS, David. The total product of Barbados, 1664-1701. In: **The Journal of Economic History**. v. 55, n. 2, 1995
- FARIA, Sheila de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos e SCHNOOR, Eduardo (org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Brasília: CNPq; São Paulo,: Brasiliense, 1988
- FERNÁNDEZ, Ramón G. Concentração da riqueza e crescimento econômico no Litoral Norte Paulista (1778-1836). In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 10, 1998
- FOGEL, Robert William. **Without consent or contract. The rise and fall of American Slavery**. New York/ London: W. W. Norton & Company, 1989
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Mara Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos e SCHNOOR, Eduardo (org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995
- HERSH, Jonathan e VOTH, Hans-Joachim. *Sweet diversity: colonial goods and the rise of European living standards after 1492*. Economics working papers from the Department of Economics and business, Universitat Pompeu Fabra, 2009
- HIGMAN, B. W. **Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834**. Kingston: The University of the West Indies Press, 1995
- HIGMAN, B. W. The sugar revolution. In: **Economic History Review**. v. LIII, n. 2, 2000
- KIM, Namsuk e WALLIS, John Joseph. The market for American state government bonds in Britain and the United States, 1830-43. In: **Economic History Review**. v. LVIII, n. 4, 2005
- LEFF, Nathaniel H. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991, 2 v.
- LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994
- LOMBARDI, John V. **The decline and abolition of negro slavery in Venezuela, 1820-1854**. Westport: Greenwood, 1971
- LOMBARDI, John V. e HANSON, James A. The first Venezuelan coffee cycle, 1830-1855. In: **Agricultural History**. v. 44, n. 4, 1970
- LUNA, Francisco Vidal. **Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836)**. São Paulo: FEA/USP, 1995 (CADERNOS N.E.H.D., nº 2)
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: **Estudos econômicos**. 13(1), 1983
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005
- MACHADO, Humberto F. **Escravos, senhores & café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888**. Niterói: Cromos, 1993
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994

- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**. Lorena: Stiliano, 1998
- MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. São Paulo: FUNPEC, 2009
- MARCONDES, Renato Leite. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba, province of São Paulo. In: **The Hispanic American Historical Review**, v. 85, n. 2, 2005
- MATTHEWS, Gelien. Trinidad: a model colony for British slave trade abolition. In: **Parliamentary History**. v. 26 (suplemento), 2007
- MAURO, Frédéric. **História Econômica Mundial, 1790-1970**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- MCDONALD, Roderick A. Independent economic production by slaves on Antebellum Louisiana sugar plantations. In: BERLIN, Ira e MORGAN, Philip D. (ed.). **The slaves' economy. Independent production by slaves in the Americas**. Londres: Frank Cass, 1991
- MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)**. Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em História Econômica/USP, 2009
- MINTZ, Sidney W. **Caribbean transformations**. New York: Columbia U. P., 1989
- MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**. Brasília DF: CNPq; São Paulo: UnEsp/Hucitec, 1989, 1989, v. II/III
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999
- MOTTA, José Flávio. Derradeiras transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, província de São Paulo). In: **Almanack Braziliense**. n. 10, novembro, 2009
- MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Economia da FEA/USP, 2010
- MOTTA, José Flávio e NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. In: **Estudos econômicos**. v. 24, n. 2, 1994
- MOTTA, José Flávio e NOZOE, Nelson. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). In: **Locus. Revista de História**. v. 5, n. 1, 1999
- MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Cento e vinte anos de produção mundial de açúcar: comentário sobre séries estatísticas tradicionais (1820-1940). In: **História Econômica e História de Empresas**. v. VII, n. 1, 2004
- MUAZE, Mariana. **As memórias da Viscondessa. Família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Zahar, 2008
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A formação da fazenda de café em Valença: um estudo de processos jurídicos contra pequenos proprietários. In: SILVA, MATTOS, FRAGOSO (org.). **Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001
- OLIVEIRA, A. de Almeida, conselheiro. **A lei da execuções ou consolidação e concordância das disposições, que, segundo a Lei n. 3272 de 5 de outubro de 1885 e o Regulamento n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886, regem as acções hypothecaria e de penhor agrícola e as execuções commerciaes e civis em geral**. Rio de Janeiro: Garnier, 1887

- OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. **Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1ª ed., 1810)
- PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). In: **Vária História**. v. 26, n. 43, 2010
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968
- PICÓ, Fernando. El café y el despliegue de la agricultura comercial en la Montaña Puertorriqueña, 1855-1928. In: **C.M.H.L.B. Caravelle**. n. 61, 1993
- DE ROBERT, Pascale. Le café dans la montagne, quels enjeux pour les populations marginales non productrices? In: **C.M.H.L.B. Caravelle**. n. 61, 1993
- ROTHMAN, Joshua D. *Carry me back: The domestic slave trade in American life, and: The sugar masters: planters and slaves in Louisiana's cane world, 1820-1860, and: Slave country: America expansion and the origins of the Deep South*. In: **Journal of the Early Republic**. v. 27, n. 4, 2007
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974 (1ª ed., 1833)
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 (1ª ed., 1847)
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 (1ª ed., 1851)
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- SALVUCCI, Linda Kerrigan e SALVUCCI, Richard J. Cuba and the Latin American terms of trade: old theories, new evidence. In: **Journal of Interdisciplinary History**. v. 31, n. 2, 2000
- SAMPER, Mario. Los paisajes sociales del café. Reflexiones comparadas. In: **C.M.H.L.B. Caravelle**. n. 61, 1993
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq, 1988
- SCHWARTZ, Stuart B. Introduction. In: SCHWARTZ, Stuart B. (ed.). **Tropical Babylons. Sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004
- SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: História Econômica e Demográfica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986
- SMITH, Simon. Sugar's poor relation: coffee planting in the British West Indies, 1720-1833. In: **Slavery & Abolition**. V. 19, n. 3, 1998
- SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977 (ed. facsimilada da primeira, de 1860)
- SOUZA, Antônio Moniz de. Viagens e observações de um brasileiro [1834]. In: **Revista do Instituto Geografico e Historico da Bahia**. n. 72, 1945
- STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961



- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 19, n. 1, 2002
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo e MARCONDES, Renato Leite. População e agricultura na passagem da colônia para o Império. In: **VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009
- TOMICH, Dale. Contested terrains: houses, provision grounds & the reconstitution of labour in Post-Emancipation Martinique. In: TURNER, Mary (ed.). **From chattel slaves to wage slaves. The dynamics of labour bargaining in the Americas**. Kingston: Ian Randle; Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press; London: James Currey, 1995
- TOPIK, Steven. Coffee anyone? Recent research on Latin American coffee societies. In: **The Hispanic American Historical Review**. v. 80, n. 2, 2000
- TULET, Jean-Christian. Cafeicultures latino-américains: les vigneron du Tropic. In: **C.M.H.L.B. Caravelle**. n. 61, 1993
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Coffee planters and coffee slaves in the Antilles: the impact of a secondary crop. In: BERLIN, Ira e MORGAN, Philip D. (ed.). **Cultivation and culture. Labor and the shaping of slave life in the Americas**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993
- VERSIANI, Flávio R.; TANNURI-PIANTO, Maria E.; VERGOLINO, José R. O. Demand factors in nineteenth-century Brazilian slave market. In: **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia**. Niterói: ANPEC, 2003
- WILKINS, Mira. Os Estados Unidos como nação devedora: da independência até 1914. In: **História Econômica & História de Empresas**. v. 1, 2002
- WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: ABPHE, 1996
- YUN, Lisa e LAREMONT, Ricardo Rene. Chinese coolies and African slaves in Cuba, 1847-1874. In: **Journal of Asian American Studies**. v. 4, n. 2, 2001
- ZEQUEIRA SÁNCHEZ, Mario e VALDIVIA FERNÁNDEZ, Isabel. El papel del cultivo del café para la sociedad y la economía cubana. In: **C.M.H.L.B. Caravelle**. n. 61, 1993